

# Explosão populacional ou exclusão social?

Vinicius de Carvalho Araújo<sup>26</sup>

Esta Apresentação será dividida em duas partes. Na primeira, será feito um breve resumo da obra *O caos brasileiro* para contextualizar o leitor. E, na segunda, uma *análise crítica do raciocínio* desenvolvido pelo autor.

O trabalho do eminente jurista, historiador, político e burocrata mato-grossense Lenine de Campos Póvoas é uma coletânea de artigos que traça um diagnóstico do Brasil do governo José Sarney (1985-1990), o primeiro da redemocratização após a ditadura civil-militar (1964-1985). Para tanto, percorre as mais variadas áreas de intervenção governamental, incluindo aspectos econômicos, políticos, administrativos, culturais, sociais e ambientais.

Estabelece como problema principal do Brasil a explosão demográfica, com as altas taxas de natalidade e crescimento populacional registradas nas décadas de 1940 até 1980. Salienta que neste intervalo a população brasileira se multiplicou quase por três, saindo de 41 milhões para cerca de 120 milhões. Cita a conhecida hipótese do economista britânico Thomas Malthus, de que a humanidade caminharia para o colapso, com o número de pessoas crescendo a taxas geométricas, enquanto a oferta de alimentos crescia a taxas aritméticas. Reconhece que o avanço tecnológico na agropecuária alterou esta realidade apocalíptica profetizada por Malthus, em boa parte do planeta. Mas, em alguns países ela ainda continuaria um fato a ser enfrentado.

Aponta que a média de crescimento nas três décadas anteriores fora de 2,5% ao ano e que, se fosse mantido esse ritmo, no ano de 2050 o Brasil teria 600 milhões de habi-

---

26 Graduado em Administração, especialista em Administração Pública e Ciência Política, Mestre e Doutorando em História (UFMT). Gestor Governamental do Estado de Mato Grosso, professor universitário e analista político.

tantes. Recorta um trecho de uma matéria da *Revista Veja* apontando que a mulher do Brasil rico já tinha naquele momento uma taxa de fertilidade de 2,5 filhos. Enquanto isso, a mulher do Brasil pobre apresentava uma taxa de 7,3, superior à média da África.

Mais adiante, Lenine identifica três causas para este fenômeno. Uma seria de natureza política, baseada na concepção de que povo é poder e de que precisaríamos de pessoas para ocupar o que se chamava na época de “vazios demográficos”. A outra seria uma objeção da esquerda a uma política de controle da natalidade, sob a alegação de que bastaria distribuir a renda disponível. A terceira seria a Igreja Católica, que pregava a “paternidade consciente”, mas era contra muitos métodos contraceptivos.

Daí em diante, Póvoas vai problematizando as principais áreas da realidade nacional, sempre tendo como pano de fundo a explosão demográfica. No segundo capítulo trata a questão da dívida pública, que foi muito explosiva na década de 1980, em particular no caso da externa. Faz um breve histórico do endividamento público no Brasil e desenvolve um raciocínio baseado em números de que a dívida seria impagável. Apenas os juros estariam sendo pagos e não o principal, com novos contratos sendo celebrados para essa finalidade.

Em seguida enfatiza a política habitacional. Foca no déficit de moradias no país e nos esforços que os governos vinham fazendo em todos os níveis para enfrentar. Se atem ao crédito imobiliário, com as dificuldades que os mutuários tinham de pagar as prestações contratadas. Cita até uma entrevista para o programa *Canal Livre* da TV Band, em que o economista Pastore recomendou o suicídio aos mutuários, porque nesse caso o seguro quitaria o saldo devedor. Naquele período de hiperinflação havia um descolamento muito grande entre as parcelas e a renda dos clientes. Aponta, mais adiante, alta dos aluguéis como um complicador a mais nesse cenário. Ao final, volta ao seu eixo principal, atribuindo o déficit de moradias ao “excesso de população” que o Brasil teria.

Avança para a área de energia, onde traça um breve histórico e critica o que chama de “socialismo caboclo”. Ele denominava dessa forma algumas medidas redistributivas adotadas pelo Governo da época, como a tarifa social. Questiona o financiamento do setor com os empréstimos em moeda estrangeira e alguns escândalos ali registrados, que seriam um impedimento para a necessária expansão da capacidade instalada. Aborda ao final o Programa Pró-álcool. Na área de transportes faz observações sobre as dificuldades encontradas por cada modal. Cita o ferroviário, rodoviário, fluvial (hidroviário), marítimo (cabotagem) e o aéreo. Em todos eles aponta o que considerava contradições das políticas em vigor e sempre se preocupava com o custo das obras e seu financiamento.

Mais adiante foca a educação, denominada de “caos do ensino”. Destaca o que enxergava como perda da qualidade do ensino em relação ao seu período como estudante, somada aos problemas de infraestrutura observados. Aponta o déficit de salas de aula como um problema sério. Na saúde relaciona as principais doenças daquele período, como Doença de Chagas, malária, dengue, doenças mentais, poliomielite, meningite e febre amarela. Ressalta logo depois a elevada mortalidade infantil, que atribui ao baixo poder de compra. Destaca os problemas nos equipamentos hospitalares, mencionando até do caso do Presidente eleito Tancredo Neves, cuja morte teria sido atribuída à infecção contraída no Hospital de Base em Brasília.

Adentra na sequência por diagnósticos na área de saneamento básico, onde também atribui as dificuldades ao crescimento populacional e à expansão acelerada das grandes cidades. Na área de segurança pública detalha os índices registrados naquele momento e o enfrentamento ao problema feito pelo setor público. Enfatiza o sistema prisional. Repete um pensamento até hoje muito presente, o de que o problema está na frouxidão da legislação penal, que geraria impunidade. E aproveita para encaixar uma crítica aos direitos humanos.

Analisa o Poder Judiciário apontando indicadores que expressariam dificuldade de processamento das causas. Se concentra na questão do emprego, tanto na administração pública quanto no setor privado. Na área pública vai numa linha mais jurídica, conforme sua posição de professor de Direito. Expõe os embates e diferenças entre os regimes estatutário e celetista. Na área privada enfatiza o subemprego. No setor de mineração descreve o desperdício existente em Mato Grosso, naquele período, quando a maior parte da produção era exportada sem fiscalização adequada. Dedicou um capítulo ao “mar de lama” da corrupção e outro ao “esbanjamento” do dinheiro público, elencando casos que confirmariam sua hipótese e discutindo o que se chamaria hoje de “o mecanismo”. Trata-se do conjunto de práticas vigentes em setores da administração pública.

No capítulo sobre reforma agrária afirma que todo mundo é favorável a ela. As discussões girariam em torno de como fazer. Em quais terras e a forma de pagamento da desapropriação. Mais uma vez responsabiliza o “excedente demográfico” e os elevados custos que este processo traria. Dedicou dois capítulos para a problemática ambiental, sendo um deles voltado de modo específico ao bioma do Pantanal. Por fim, conclui com um capítulo sobre “a ilusão da reforma tributária”, que estava em discussão naquele período na Assembleia Nacional Constituinte. Haveria descentralização para Estados e municípios, que seriam incapazes de atender às demandas sociais crescentes.

De forma geral, a obra expressa uma matriz de pensamento muito corrente na sociedade brasileira até a atualidade, inclusive de base conservadora. O próprio título do livro e dos capítulos com a palavra *caos* já indica o sentimento de desordem e, portanto, a busca por uma ordem. A expressão “mar de lama” também é muito comum na crítica feita por estas forças políticas, pelo menos desde a crise de 1954, que levou ao suicídio de Getúlio Vargas e tão trabalhada por udenistas, como o então deputado federal Afonso Arinos (UDN-MG). Evoca muito também a visão de Samuel Hun-

tington em relação à “sobrecarga de demandas” como raiz da crise de governabilidade, conforme descrito por Araújo (2005). A intervenção estatal engendraria o surgimento de inúmeras demandas às instituições políticas que não conseguem acompanhar esta dinâmica, ocasionando paralisia decisória e tendências inflacionárias no médio prazo.

Tal orientação pode ser compreendida pela trajetória política do autor, desde sua passagem pela União Democrática Nacional (UDN), como deputado estadual por dois mandatos (1947-1953), vice-governador do Estado pelo PTB da região Norte de Mato Grosso uno e ligado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), quando foi secretário dos Governos José Fragelli (1971-1975) e José Garcia Neto (1975-1978). Depois, acabou filiado ao PMDB, já como Chefe da Casa Civil do Governo Carlos Bezerra (1987-1990), após o partido ter recebido quadros originados da antiga Arena com a incorporação do Partido Popular, em 1981. As semelhanças com Roberto Campos são bem nítidas, inclusive naquilo que para ambos é a principal chave explicativa do baixo nível de desenvolvimento do Brasil: a explosão demográfica. Roberto Campos chegou a identificar numa entrevista que esta foi uma das duas grandes falhas que teve na passagem pelo ministério, junto com a quebra do monopólio do petróleo exercido pela Petrobrás, como lembrou Rodrigues (2001).

Na verdade, a experiência histórica ensina que a explosão populacional é muito mais efeito dos problemas estruturais apresentados por uma determinada sociedade do que sua causa. No momento em que são melhoradas as condições de vida, as taxas de natalidade costumam cair, gerando um círculo virtuoso chamado “bônus demográfico”, da forma bem descrita por Alves (2018). Quer dizer, foi e é muito mais um problema de exclusão social do que de explosão populacional. Ampla parcela dos cidadãos no Brasil ficou à margem das políticas sociais criticadas na obra, como saúde, educação, saneamento e moradia. Por isso o círculo da pobreza não foi rompido naquele período. Portanto, cabe uma crítica à visão neomalthusiana trazida por Póvoas,

que preconiza o controle de natalidade. Em seu lugar seria mais cabível uma visão reformista, que identifica as raízes históricas da miséria e reforça o imperativo de políticas sociais voltadas para a maioria, como aponta Pena (2021).

A expressão “socialismo caboclo”, utilizada para criticar políticas de distribuição de renda, é, em verdade, uma divergência quanto ao arremedo de Estado de bem-estar social existente no Brasil. A tributação e alocação das despesas públicas devem ser progressivas, de modo a permitir a redistribuição de renda. Isto só pode ser feito retirando de quem tem mais para quem tem menos. Caso contrário, as políticas públicas não teriam sentido. Bastaria deixar a concentração de renda e oportunidades já existentes. Os custos, tão enfatizados pelo autor, precisam, por sua vez, ser melhor avaliados. É necessário analisar a relação custo-benefício ou custo-efetividade na hora da priorização das ações a serem implementadas. O endividamento, a corrupção e o desperdício tão comentados na obra significaram uma transferência de renda em favor de alguns segmentos sociais e em detrimento de outros.

Trata-se de uma obra interessante para melhor conhecimento dos problemas nacionais daquele período, em que toda uma demanda social represada durante a ditadura civil-militar foi canalizada para o setor público. As divergências com Póvoas ficam apenas na identificação das causas dos males diagnosticados e algumas das soluções apontadas.

## Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Transição Demográfica nos 200 anos da Independência do Brasil*. Publicado em 07/09/2018. Disponível em <https://www.ufjf.br/ladem/2018/09/07/a-transicao-demografica-nos-200-anos-da-independencia-do-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acessado em 21/03/2021.

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Estado da Reforma: reflexões sobre a experiência de reforma do Estado em Mato Grosso*. Cuiabá: Tanta Tinta, 2005.

PENA, Rodolfo F. Alves. “*Teorias demográficas*”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/teorias-demograficas.htm>. Acesso em 22 de março de 2021.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *O caos brasileiro*. São Paulo: Resenha Tributária, 1988.

RODRIGUES, Fernando. Economista fez autocrítica sobre 1964. *Jornal Folha de São Paulo*. 11/10/2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1110200129.htm>. Acessado em 21/03/2021.